

# **Um Estudo sobre a Influência de *Accruals* na Correlação entre o Lucro Contábil e a Variação do Capital Circulante Líquido de Empresas**

Autoria: Romualdo Douglas Colauto, Ilse Maria Beuren, Marco Aurélio Batista de Sousa

## **Resumo**

A presença de *accruals* é comum no modelo contábil. Usados no sentido de provisões ou estimativas, representam os elementos do resultado que, embora pelo regime de caixa já tenham sido efetivados, ainda não se atribuem dentro do período de apuração ou do regime de competência. Ao entender o lucro como um importante balizador do processo de tomada de decisão, o fornecimento de uma medida de lucro, como indicador do desempenho de uma empresa faz-se mister. Nessa perspectiva, o estudo delineado como exploratório, com abordagem quantitativa, buscou analisar a influência de *accruals* na correlação entre o lucro contábil como elemento relevante no processo de mensuração da eficiência empresarial, e a variação do capital circulante líquido em empresas que consideram possibilidade de computar os *accruals* originados da depreciação. Utilizou-se como população alvo para estudo as empresas apresentadas como as 500 Maiores e Melhores Empresas do Brasil, conforme pesquisa realizada pela Revista Exame no ano de 2002. Considerando-se a amostra selecionada, primeiramente, por acessibilidade e depois intencional que totalizou 30 empresas, procedeu-se à coleta e análise dos dados. Os resultados da pesquisa mostram que houve uma baixa correlação negativa quando a depreciação é reduzida do lucro contábil, e uma baixa correlação positiva pela re-integração da depreciação ao resultado residual, o que significa que o desconhecimento do processo contábil pode influenciar as decisões quando se considerar o lucro como uma medida para determinar a eficiência empresarial.

## **1. Considerações preliminares**

O objetivo principal da divulgação de informações contábeis é apoiar os usuários internos e externos da contabilidade na tomada de decisões estratégicas e táticas. Com efeito, como comenta Iudicibus (2000, p.20), o estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito em duas bases distintas: fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações, que presume-se atender a todos os tipos de usuários; ou a contabilidade deveria ser capaz de prover informações diferenciadas para cada tipo de usuário para subsidiar o processo decisório. Embora a segunda base seja mais preconizada na literatura, ainda é incipiente a elaboração de demonstrações contábeis completas e customizadas para cada tipo de usuário, seja em função do desconhecimento, por parte dos contadores, de quais informações interessariam aos diversos usuários, ou porque a estrutura do modelo decisório de cada usuário não se tornou pública.

O FASB - *Financial Accounting Standard Board*, no SFAC – *Statements of Financial Accounting Concepts* nº 1, abordado por Hendriksen e Van Breda (1999, p.205), menciona que os investidores e credores se preocupam com a aferição dos fluxos líquidos de caixa, mas que frequentemente recorrem ao lucro para avaliar a capacidade de geração de resultados, predizer seus lucros futuros e analisar o risco do investimento.

Sob o aspecto pragmático da contabilidade, Hendriksen e Van Breda (1999, p.104) comentam que os lucros estão associados aos processos decisórios dos investidores e credores, às reações dos lucros divulgados em mercados organizados, às decisões de investimentos dos administradores e às reações de *feedback* da gestão das empresas por meio de seus contadores e administradores.

No enfoque semântico, os lucros representam o funcionamento eficiente da empresa, por meio de sua relação com realidades econômicas subjacentes, pois este afeta tanto a série de dividendos correntes quanto o uso do capital aplicado para a geração de fluxos futuros de dividendos.

Em termos conceituais a eficiência possui contrapartida no mundo real. Bio (1985, p.21) emprega o termo eficiência ao se referir à “quantidade de recursos despendidos no processamento interno ao sistema para produzir um volume de produtos, bens ou serviços”. Hendriksen e Van Breda (1999, p.202) abordam que uma das interpretações da eficiência, que possui contrapartida no mundo real, é a de que representa:

a capacidade relativa de obtenção do máximo resultado com um dado volume de recursos, um certo resultado com um mínimo de recursos, ou uma combinação ótima de recursos utilizados, dada a demanda pelo produto (e dado o preço, conseqüentemente), permitindo rentabilidade máxima para os proprietários.

A gestão eficiente dos capitais de uma empresa, probabilisticamente, conduz tanto a uma série de dividendos correntes, como à geração de fluxos de dividendos futuros. Dessa forma, todos os investidores, mas em particular os acionistas ordinários, se voltam à eficiência da administração, isto significa dizer que o processo de tomada de decisão, quanto aos investimentos, respalda-se no julgamento da eficiência da empresa. O FASB no SFAC 1, ao se reportar à demanda pela mensuração da eficiência na gestão, expressa que “a divulgação financeira deve fornecer informações sobre o desempenho financeiro de uma empresa em um período”.

A eficiência, delineada como um termo relativo, possui significado maior quando lhe é conferido o caráter de comparabilidade, em que os parâmetros base podem ser os mais variados possíveis. Em termos contabilísticos, a relação entre o lucro e o capital investido representa uma medida de eficiência. Esta proporcionalidade pode ser obtida por meio da divisão do lucro líquido pelos acionistas, ou ainda, o lucro líquido pelo capital total da empresa a fim de se conhecer o retorno sobre o investimento total. Em qualquer uma das comparações se estará verificando o retorno do capital empregado.

Embora os contadores reconheçam a importância da interpretação do lucro contábil ou o impacto comportamental, isto é, seu poder preditivo ou relevância para a tomada de decisões, Hendriksen e Van Breda (1999, p.200) ressaltam que estes baseiam as regras e princípios em premissas que podem não ter relação com fenômenos reais ou efeitos comportamentais:

os lucros (...) baseiam-se em convenções e regras que devem ser lógicas e coerentes, muito embora possam não se ajustar perfeitamente às noções de lucro dos economistas. As convenções e regras se tornam lógicas e coerentes porque baseiam-se em premissas e conceitos desenvolvidos a partir da prática existente. Entretanto, conceitos como realização, vinculação, regime de competência e alocação de custos só podem ser definidos em termos de regras precisas, porque não possuem contrapartidas no mundo real.

De forma geral, os contadores têm utilizado termos técnicos tão freqüentemente e por tanto tempo, a ponto de internalizá-los e aceitá-los como capazes de interpretação no mundo real. É uma espécie de arquétipo, um conjunto de pensamentos, crenças e experiências de muitas pessoas, com relação a um assunto específico, utilizados e tidos como verdadeiros por um longo período de tempo, que em alguns casos alteram a forma como as organizações são administradas e organizadas, e ainda redimensionam os fluxos de investimentos nas entidades.

De acordo com Guerreiro, Casado e Bio (2001, p.6), o nível de consciência do indivíduo tem estreita relação com a quantidade de conhecimentos que ele adquire através da vivência em seu ambiente específico. Na teoria da psicologia junguiana, a idéia de arquétipos pode ser caracterizada como uma espécie de aptidão para reproduzir constantemente as mesmas idéias míticas, isto é, originadas de concepções pré-concebidas ao longo do tempo, se não as mesmas, pelo menos parecidas.

Guerreiro, Casado e Bio (2001, p.14) mencionam que a contabilidade, como uma atividade milenar, possui uma base psíquica comum, que se assemelha ao conceito de inconsciente próprio de grupo, “constituindo uma espécie de inconsciente coletivo dos contadores ou um repertório grupal, e pessoas sujeitas à sua influência, no seio do qual existe um estrato de inconsciente com formas de pensamentos específicos”.

Neste sentido é difícil, conforme Hendriksen e Van Breda (1999, p.200) aceitar que o lucro contábil no nível sintático, por estar diretamente parametrizado nos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, “não possua significado fora de seu limitado papel na lógica da estrutura contábil”. Entendem que a ausência de significado pode ser um motivo pelo qual alguns

estudiosos encontram dificuldades para captar os conceitos contábeis. Assim, procuram conferir significado interpretativo a conceitos que não possuem relação com os objetos e eventos reais.

Nesse particular, Hendriksen e Van Breda (1999, p.200) se reportam ao lucro contábil como o somatório de itens positivos e negativos, muitos dos quais não possuem conteúdo interpretativo. “Se qualquer um ou alguns desses itens carecerem de significado e forem substanciais, o lucro líquido resultante também carecerá de resultado interpretativo, muito embora possa conter informações relevantes para o mercado de capitais”.

O FASB - *Financial Accounting Standard Board* no SFAC – *Statements of Financial Accounting Concepts* nº 1, referido por Hendriksen e Van Breda (1999, p.200), pressupõe que o lucro contábil é uma boa medida do desempenho da empresa, e que pode ser utilizado para prever fluxos de caixa futuros. Em outras palavras, o lucro contábil é relevante, de modo geral, para o processo de tomada de decisões de investidores e credores. Todavia, não se tem provado empiricamente a validade destas suposições teóricas. Enfatiza que os leitores de relatórios financeiros devem perceber que a aceitação do lucro contábil pode ser compreendido, mais facilmente, por meio do conhecimento de como foi medido, abordagem do operacionalismo.

Nesse sentido, os leitores das informações contábeis, precisam compreender as operações utilizadas pelos contadores para produzir o lucro calculado. Dito de outra forma, faz-se necessário melhorar a compreensão das operações utilizadas pela contabilidade na evidenciação do lucro. No processo de apuração do lucro contábil, a contabilidade tem utilizado *accruals*. Esses, sob as restrições da Convenção do Conservadorismo, conforme Costa, Teixeira e Nossa (2002) geram algumas questões quanto a qualidade do lucro contábil, particularmente como medida do desempenho da eficiência empresarial.

Almeida (2001, p.10) comenta que o “enfoque clássico de medida em contabilidade é essencialmente quantitativista, apoiado no processo digráfico, o que limita o tamanho e o tratamento dos fatos econômicos, porque se apóia numa estrutura calculatória oriunda da aritmética”. A partir deste pressuposto, origina-se a síndrome de exatidão, de forma que este reducionismo implica em dificuldades na quantificação de informações de natureza subjetiva. No entanto, os *accruals* contêm informações discricionárias contemplando um certo grau de subjetividade. Conseqüentemente, suscitam questões sobre o poder preditivo do lucro contábil na orientação de decisões gerenciais futuras.

## **2. Delimitação do problema**

Numa economia em que praticamente não existem barreiras à entrada de novos concorrentes e a resposta às mudanças tecnológicas é muito veloz, os gestores, para melhor administrar o risco do negócio devem entender a organização como uma parte da economia global. Neste contexto, as incertezas são mais freqüentes e os investidores precisam de informações contábeis relevantes e tempestivas para subsidiar o processo decisório.

A contabilidade financeira é uma construção contingente que, num dado contexto histórico e econômico, busca, por meio de um quadro de princípios contábeis apreender os fatos econômicos, utilizá-los e divulgá-los para o público interno e externo, a partir de modelos subjacentes de representação da empresa.

Para Almeida (2001, p.9), as demonstrações contábeis visam apoiar as previsões dos fluxos de caixas e as oportunidades de investimentos, orientando, conseqüentemente, para a montagem do quadro de gestão provisional. Por sua vez, a contabilidade em regime de *accruals* secundariza a contabilidade à base do caixa, porque transforma os fluxos de caixa e os dados econômicos em elementos de *reporting* tendo implícito uma apreciação da exposição aos riscos. “Com efeito, o volume de *accruals* - diferença entre o *cash-flow* de exploração e o resultado líquido contábil - informa as políticas dos dirigentes em relação aos efeitos

potenciais da incerteza nas demonstrações financeiras”.

A teoria da utilidade das informações contábeis, de acordo com Almeida (2001), revela que as escolhas dos procedimentos de contabilidade são utilizadas como instrumentos dos dirigentes na gestão estratégica dos resultados e têm um efeito relevante e de grande amplitude nas medidas de determinação do resultado e do patrimônio líquido.

Uma das principais preocupações de quem analisa as demonstrações contábeis de uma empresa é se ela vai conseguir continuar operando de forma saudável, com liquidez e rentabilidade satisfatórias, e quais as perspectivas para o futuro de acordo com o ocorrido no passado. Portanto, uma das principais características da informação contábil é o seu valor preditivo ou a capacidade de se fazer, por meio de sua leitura, projeções para o futuro próximo ou remoto. Entretanto, a informação pode ter maior ou menor valor preditivo, dependendo da forma como é apresentada.

Discute-se atualmente, conforme Almeida (2001), o número considerável de falências e unidades econômicas em crise, que fomenta a necessidade de introduzir nas demonstrações contábeis estimativas, previsões, contingências, e projeções que reflitam as incertezas do ambiente de negócios. Esta situação emergiu mais intensamente a partir dos anos 80, período em que as empresas se viram na necessidade de trabalhar com previsões, com a finalidade de assegurar a continuidade do negócio.

O adequado grau de abstração e refinamento dos procedimentos contábeis adotados, segundo Santos e Silva (2001), depende, em última análise, do objetivo da mensuração. Ao se elaborar as informações contábeis deve-se decidir quais procedimentos serão adotados para o cálculo dos números que comporão os demonstrativos. Tais números precisam ser declarados a fim de que os diversos usuários das informações possam usá-los como *inputs* em seus respectivos processos decisórios.

Assim, para a tomada de decisões, os usuários deveriam ponderar as implicações dos diferentes procedimentos contábeis adotados, no que se refere, por exemplo, ao método de depreciação, avaliação de estoques, provisão de devedores duvidosos, provisões para contingências, provisões trabalhistas entre outras formas de se fazer estimativas e provisões, com vistas à elaboração das demonstrações contábeis.

Santos e Silva (2001, apud WATTS e ZIMMERMAN, 1986, p.3) arguem que, naturalmente, determinar a relação entre as informações contábeis e as variáveis que afetam o processo de tomada de decisão de cada usuário não é tarefa fácil. Por exemplo, a relação entre os procedimentos contábeis adotados e o valor de mercado das ações não pode ser determinada somente por meio da observação se os preços das ações variam em função da mudança de procedimentos contábeis.

A estrutura conceitual da contabilidade, da qual os procedimentos de depreciações para determinação do lucro fazem parte, foi criada na tentativa de explicar a prática de contabilidade, isto é, nasceu com o interesse de prescrever como as empresas deveriam proceder no registro e mensuração de suas transações, bem como a evidenciação de informações contábeis.

Dentro desse contexto, ao entender o lucro como um dos principais balizadores do processo de tomada de decisão por parte dos agentes econômicos, o fornecimento de uma medida de lucro, como indicador do desempenho de uma empresa, consubstancia-se como uma das principais preocupações das informações contábeis divulgadas aos usuários. A gênese do conceito de lucro está na teoria econômica, mas compete à contabilidade mensurá-lo. No entanto, a mensuração do lucro sempre foi um assunto controverso e, não raramente, encontra-se na literatura austeras inferências voltadas à real capacidade da contabilidade no processo de mensuração do resultado das operações das entidades.

Nesta perspectiva, a premissa subjacente desta investigação fundamenta-se na suposição que a função principal da contabilidade está imbricada na geração de informações

relevantes e tempestivas para o processo decisório, sendo perfeitamente exequíveis as provisões e estimativas, embora estas possam ser intituladas de opiniões revestidas de um certo grau de subjetividade. Portanto, analisa-se, por meio de tratamento estatístico, a influência dos *accruals* na correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido de empresas que se utilizam a possibilidade de considerar os *accruals* provenientes da depreciação, frente aos vários métodos de cálculos factíveis, na apuração do lucro, restringindo-o como uma medida para determinar a eficiência empresarial.

Assim, pretende-se demonstrar que o processo contábil, ao dispor de várias alternativas possíveis para certos procedimentos contábeis, que não influem, em princípio, diretamente no caixa, abre um nicho para manipulação do lucro contábil. De maneira que ao analisar a eficiência empresarial, por meio do lucro do período, torna-se prudente conhecer a sintaxe do cálculo utilizado pelos geradores de informações contábeis, a fim de propiciar maior credibilidade às decisões tomadas a partir destas informações.

### **3. Procedimentos metodológicos**

O delineamento da pesquisa caracterizou-se como estudo exploratório, utilizando-se fontes secundárias, com abordagem lógica dedutiva. De acordo com Tripodi, Fellin e Meyer (1981, p.64), o estudo exploratório tem por finalidade principal “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, a fim de fornecer hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A população alvo para estudo compreende as empresas apresentadas como as 500 Maiores e Melhores Empresas do Brasil, conforme pesquisa realizada pela Revista Exame no ano de 2002. Para a seleção da amostra adotou-se, inicialmente, o critério da acessibilidade, mas com a preocupação de reunir empresas que representassem todo o universo populacional. Dessa forma, considerou-se a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR e as Notas Explicativas do ano de 2002, extraída do site da CMV ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), de 50 empresas os setores alimentício, química e petroquímica, siderurgia e metalurgia, comércio varejista, mineração, automotivo, eletroeletrônico e papel e celulose. Em seguida, procedeu-se a seleção intencional da amostra, escolhendo dessas as que evidenciaram de forma mais objetiva os valores da depreciação do período, resultando em 30 empresas.

Quanto aos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, o estudo se desenvolveu num ambiente que preconizou a abordagem quantitativa. O método quantitativo, conforme Richardson (1999), caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Desse modo, utilizou-se a técnica de análise descritiva, tendo como suporte ferramental estatístico o *software Statistics 6.0* para análise das variáveis, ou seja, a correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido em detrimento do volume de *accruals* presente no período considerado.

Quanto à organização do conteúdo, fez-se inicialmente, uma incursão teórica nos aspectos conceituais dos *accruals accounting*. Depois, abordou-se o lucro contábil e o lucro econômico no processo de geração de informações para tomada de decisões. Por fim, fez-se uma incursão nos *accruals* e seu impacto na formação do lucro contábil. Após a fundamentação teórica, contemplou-se a descrição e análise dos dados, bem como as considerações finais.

### **4. Aspectos conceituais sobre os *accruals accounting***

A expressão *accruals* tem sido usada no sentido de provisões ou estimativas. Genericamente, representam, os elementos do resultado que, embora pelo regime de caixa já tenham sido efetivados, ainda não se atribuem dentro do período de apuração ou do regime de

competência.

De acordo com Stickney e Weil (2001, p.791), o termo *accrual* está relacionado ao reconhecimento de despesa ou receita e do correspondente passivo ou ativo, em decorrência de um evento contábil. A ocorrência do evento em questão não se relaciona com a entrada ou saída de caixa; por exemplo: no final de determinado período, reconhece-se uma receita ou despesa de juros independentemente dos juros terem sido recebidos ou pagos.

Conforme o *Financial Accounting* (1994), o conceito de *accruals* pode ser entendido ao se fazer a distinção entre o recebimento de caixa e o direito de recebimento de caixa, e o pagamento de caixa e a obrigação legal de pagamento. Assim, não há frequentemente coincidência entre o direito e obrigação legal e a transferência de caixa. Segue-se que o contador deve apurar a receita e a despesa contábil. Para certificar-se qual o montante de obrigação a pagar provisionamentos devem ser realizados. Similarmente, se tiverem pagamentos antecipados, devem ser excluídos e transferidos para o próximo período contábil. Os ajustes são efetuados entre as contas.

Sloan et al. (2001) alicerçam a definição de *accruals* na classificação de fluxos de caixa proposta pelo SFAS 95 do FASB. Neste pronunciamento, o FASB classifica os fluxos de caixa em atividades operacionais, atividades de financiamento e atividades de investimentos. Refere-se aos fluxos de caixa das atividades de investimentos como os relacionados à aquisição e disposição de ativos produtivos; aos fluxos de atividades de financiamento como os relacionados à captação e reembolso de fontes de capitais; e aos fluxos de atividades operacionais como os não relacionados com os anteriores.

De maneira específica, ao referir-se às atividades operacionais, o FASB explica que os fluxos de caixa destas atividades representam dinheiro vivo de transações e outros eventos que entram na determinação do resultado líquido. Analogicamente, Sloan et al. (2001, p.7) concebem os *accruals* como “a diferença entre resultado líquido e dinheiro vivo dos fluxos de atividades operacionais”.

Os *accruals accounting*, estimativas de contabilidade, tem despertado a atenção de diversos autores, como Chan et al. (2001), Sloan et al. (2001), Almeida (2001), Lopes (2002), Costa, Teixeira e Nossa (2002), Oliveira, Guerreiro e Securato (2002), Santos e Guerreiro (2003) destacando-os como um importante indicador de qualidade do lucro líquido, útil para estimação do resultado das empresas.

De acordo com Chan et al. (2001), os *accruals accounting* representam a diferença entre o lucro contábil de uma empresa e o seu fluxo de caixa subjacente. Neste caso, quanto maior o valor dos *accruals*, maior será a diferença entre o lucro contábil e o caixa gerado. Entendem que elevadas estimativas positivas indicam que os lucros são maiores que os fluxos de caixa gerados pela empresa num determinado período. Esta não correlação entre lucros e fluxo de caixa, deve-se, *a priori*, aos Princípios Contábeis, de forma mais estrita ao Princípio da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas, também denominado de Princípio da Competência, por obedecer ao regime de competência.

Uma outra explicação de Chan et al. (2001), para os *accruals accounting*, fundamenta-se na premissa que em tais estimativas há informações quanto ao desempenho operacional da organização, como por exemplo, as mudanças de critérios contábeis, quanto aos inventários, diferentes métodos de cálculo da depreciação, recebimentos e pagamentos futuros. A intenção foi prover um estudo sobre o poder preditivo dos *accruals*. Para isso, optaram por investigar se o retorno futuro das ações de algumas empresas guardava relação com a qualidade atual dos lucros. Entre as conclusões, Chan et al. (2001) entenderam que o mercado pode ser temporariamente enganado porque reage lentamente a estas informações e ainda, que os *accruals* têm uma relação positiva com os lucros e negativa com o fluxo de caixa.

Outras considerações da pesquisa de Chan et al. (2001) são reportadas em Costa, Teixeira e Nossa (2002), entre as quais destaca-se: (i) o impacto potencial da manipulação dos

retornos é mais visível nos grupos com elevados valores positivos de *accruals*. Entendem, para manter a expectativa dos investidores, a administração poderia manipular os lucros das empresas que comessem a dar sinais de diminuição no crescimento dos lucros, como exemplo, a administração, esperando que as vendas aumentem num futuro próximo, decida aumentar os estoques para suportar o aumento nas vendas, gerando conseqüentemente, aumento nos *accruals*; (ii) as vendas não apresentaram crescimento suficiente para justificar o aumento nos estoques, ou seja, estas empresas não aumentaram estoques para atender a expectativas de aumento nas vendas, conotando uma intenção de manipulação nos lucros pela administração, resultando em elevados níveis de *accruals*.

Assim, aumentos nos lucros, quando acompanhados por aumentos dos *accruals* e, portanto, redução no fluxo de caixa, é um indicador antecipado de deterioração na performance operacional futura da empresa, acompanhada pelos baixos retornos das ações.

De acordo com Lopes (2002, p.40), uma revisão geral na literatura leva a concluir que o “resultado contábil é relevante, mas tem baixo poder explicativo. A relevância dos resultados contábeis também depende de condições gerais de funcionamento do mercado e do nível de eficiência deste”.

Mais a frente, Lopes (2002) comenta que alguns autores, como Ball e Brown (1972), Wilson (1986,1987), Sloan (1996), Bernard e Stober (1989), estudaram a reação do preço das ações das empresas aos componentes do fluxo de caixa e dos *accruals* do resultado. Ball e Brown (1972) mostraram que o fluxo de caixa não é tão bem sucedido como o resultado residual para prever alterações nos preços das ações. Wilson (1986,1987) identificou que a evidenciação subsequente de fluxo de caixa tem valor incremental sobre a evidenciação do resultado residual. Bernard e Stober (1989) dizem que os conteúdos informativos do fluxo de caixa e do resultado residual variam de acordo com as condições gerais da economia. Por outro lado, Sloan (1996) aponta resultados contraditórios, afirmando que o mercado não diferencia os componentes dos *accruals* do resultado.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.206) colocam que a primeira relação entre lucros contábeis e preços de títulos foi proporcionada por Ball e Brown (1968). Seus resultados diziam, essencialmente, que os preços de títulos variam na mesma direção que os lucros contábeis, e esta afirmativa tem sido confirmada por várias vezes desde então. No entanto, a correlação entre lucro e preço é imperfeita:

Parte do motivo para falta de correlação perfeita está no fato de que os preços captam o impacto de um conjunto de informações muito mais amplo do que o representado apenas por lucros contábeis. Por exemplo, os preços reagem a coisas tão exóticas como boatos de guerra e tão corriqueiras quanto a variação da taxa de juros de Letras do Tesouro. Um outro motivo para a falta de correlação perfeita é o fato de que algumas flutuações dos lucros contábeis resultam de mudanças de regras contábeis, sem qualquer implicação econômica imediata. Por exemplo, uma mudança de método de depreciação não possui qualquer efeito sobre os fluxos de caixa antes do imposto de renda.

Resultados desse tipo de investigação são importantes tanto na teoria quanto por prática da contabilidade. Lopes (2002, p.41) explicita que se espera que os *accruals* forneçam informações adicionais ao fluxo de caixa e que sua presença, “como método de depreciação e de reconhecimento de receitas e despesas, seja um mecanismo para que as administrações forneçam informações privadas sobre a empresa para o mercado”.

Lopes (2002, p.41) diz que não se pode esperar que a evidenciação adicional do fluxo de caixa forneça informações mais relevantes do que aquelas fornecidas pelo resultado líquido. “A presença de *accruals* é uma das características fundamentais do modelo contábil, a verificação de sua irrelevância coloca em dúvida a própria utilidade da contabilidade no contexto do mercado de capitais”.

Nessa perspectiva, Carvalho apud Lopes (2002, p.xii) chama a atenção para um dos mais atroz dilemas a ser desmistificado no campo da pesquisa contábil: o falso conflito ente

fluxo de caixa e *accruals*.

Infelizmente, não são poucos os críticos de regime de competência, que levantam argumentos de alto efeito sonoro ao afirmarem que o fluxo de caixa é um fato e as provisões são opiniões. Olhando-se desapassionadamente essa questão, é fácil concluir que provisões, e o lucro delas resultantes são opiniões sim, e é correto que sejam, porém o profissional de campo contábil tem que ter a competência e a coragem de emití-las, pois caso contrário estaríamos confinados a só medir a variação da riqueza patrimonial ao término dos empreendimentos, o que pode levar alguns séculos ou nunca ocorrer.

Por fim, de forma mais abrangente pode-se classificar qualquer ajuste contábil que resulte em diferença entre o resultado líquido e os fluxos de caixa como resultado do processo de contabilização dos *accruals*.

Aumentos inesperados e em proporções, agressivamente desiguais aos períodos anteriores, podem levar a duas hipóteses que merecem atenção especial por parte dos investidores e acionistas das empresas: melhoria genuína da rentabilidade da empresa; e contabilidade agressiva por parte dos gestores quanto a maquiagem dos resultados. Nesse contexto, investigar o resultado contábil das empresas e, se necessário, ajustar o lucro líquido ou prejuízo pode ser relevante para melhorar a qualidade das informações evidenciadas nas demonstrações contábeis.

A contabilidade, como sistema de informação de suporte à tomada de decisões, deve ser capaz de identificar e comunicar os problemas potenciais que, no momento adequado, requerem respostas estratégicas. Na seqüência, contempla-se os aspectos conceituais sobre a dicotomia entre lucro contábil e lucro econômico no processo de geração de informações para o processo decisório.

## **5. Lucro contábil e lucro econômico no processo de geração de informações para tomada de decisões**

A hipótese que o lucro contábil, apurado a partir dos Princípios Contábeis, não guarda estreita relação com o significado de lucro econômico foi abordado de modo enfático na década de sessenta, principalmente por Solomon (1961) e Chang (1962).

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que o “conceito de lucro sob o regime de competência continua sendo questionado como uma medida fundamental”. Entretanto, do ponto de vista informacional, descreve efetivamente a atividade contábil, e os contadores continuam a dar ênfase na mensuração, assim como os analistas financeiros a exigirem sua mensuração e publicação, seja em consequência do desejo de contar com uma única medida do lucro, ou do reconhecimento da informação contida no cálculo do lucro contábil.

Segundo Catelli e Guerreiro (2001), o lucro contábil corresponde ao resíduo derivado do confronto entre a receita realizada e o custo consumido. Não obstante, Hendriksen e Van Breda (1999, p.199) aduzem que há algumas críticas quanto ao lucro contábil em sua forma tradicional:

- a) o conceito de lucro contábil ainda não se encontra claramente formulado;
- b) não há base teórica permanente para o cálculo e apresentação do lucro contábil;
- c) as práticas contábeis geralmente aceitas permitem variações na mensuração do lucro do exercício de empresas diferentes; e
- d) as variações do nível de preços tem modificado o significado do lucro medido em termos monetários históricos.

Frente a estas críticas, reconhecem que a mensuração do lucro contábil apresenta problemas conceituais e práticos consideráveis. Nesse sentido, sugestões têm sido propostas para amenizar esta lacuna, entre as quais elenca-se a necessidade de dar ênfase ao processo de contabilização por competência do exercício; a defesa de um único conceito operacional de lucro que possa ser utilizado para distribuição de dividendos; diversos conceitos de lucros para finalidades distintas; e um conceito de lucro contábil que se aproxime do lucro econômico. Em síntese, os críticos alegam que o lucro contábil não guarda relação com o



significado do lucro no aspecto econômico.

Para entender o conceito de lucro econômico, parte-se do conceito de renda de Hicks (1984, p.147). Define renda de um indivíduo como o “montante que uma pessoa pode consumir durante a semana e ainda esperar estar, no final da semana, na mesma situação em que estava no começo”. Solomon (1961, p.682) coloca que a renda no sentido dado por Hicks é o “montante pelo qual a riqueza líquida cresceu durante um período, considerando-se devidamente o valor que foi consumido ou gasto durante aquele tempo”.

Para adaptar esta definição de renda às empresas Solomon (1961, p.682), em seu artigo *Economic and Accounting Concepts of Income*, fez alguns ajustes para dotá-la de personalidade jurídica. Assim, a renda das empresas é o “montante pelo qual o patrimônio líquido cresceu durante um período, considerando-se devidamente novas contribuições de capital realizadas pelos seus proprietários e quaisquer distribuições feitas aos proprietários”.

Solomon (1961) menciona ainda que, muito embora este conceito possa se assemelhar ao conceito contábil de lucro líquido - na medida que o lucro líquido contábil é a figura que faz a conexão com o patrimônio líquido de uma empresa, com o evidenciado no balanço do início e do final do período - tal semelhança é puramente verbal: “a renda segundo Hicks, exige que ao avaliar o patrimônio líquido, nós capitalizemos receitas futuras, enquanto que o lucro contábil exige apenas que avaliemos os ativos líquidos com base em seus custos não expirados”.

Catelli e Guerreiro (2001, p.84) explicam que, em termos econômicos, o lucro é visto como “a quantia máxima que a empresa pode distribuir como dividendos e ainda continuar tão bem ao final do período como estava no começo”. De forma que esta expressão, continuar tão bem, está empregada no sentido de manter o capital intacto em termos do valor descontado do fluxo de recebimentos líquidos futuros.

Sob o ponto de vista econômico, Solomon (1961) observa que o aumento do patrimônio líquido da empresa, que constitui seu lucro, deve resultar de uma avaliação da empresa como um todo no início e no final do período sobre em que se deseja mensurar o lucro. Tal avaliação requer descontar, em cada data, os fluxos de recebimentos esperados menos os fluxos de pagamentos esperados, para o maior horizonte de tempo possível, de forma a obter o valor presente do fluxo líquido. Todavia, tal conceito parece, do ponto de vista pragmático, pouco praticável ao exigir um grau de precisão sobre-humano, além de não se eximir da possibilidade de mudança nas expectativas humanas sobre o futuro.

O conceito de lucro seguindo Martins (2001), depende da fixação dos objetivos que se deseja atingir. O fato é que no longo prazo, o lucro contábil e o lucro econômico acabam por convergir-se para um único valor. Solomon (1961, p.684) diz que de fato não se pode negar que, a longo prazo, o lucro contábil e o lucro econômico convergem. “Mas isso é um pobre consolo para os defeitos de mensuração do lucro a curto prazo. Todos os problemas da mensuração do lucro são resultado de nosso desejo de atribuir lucro a curtos períodos de tempo, arbitrariamente determinados”.

No que se refere ao lucro como recurso para tomada de decisões, Hendriksen e Van Breda (1999, p.217) apregoam que o lucro líquido de vários períodos pode ser útil para a elaboração de predições futuras da empresa, caso haja o cuidado necessário para incluir outras variáveis relevantes. Um aspecto crucial no impacto de lucros contábeis no processo decisório está relacionado ao conteúdo informacional dos dados de lucro. Por exemplo, algumas flutuações dos lucros contábeis resultam de mudanças de critérios contábeis, como no caso de alterações nos métodos de depreciação, mudanças dos métodos de avaliação de estoque, as considerações de provisões passivas trabalhistas e contingências. De forma que, não se pode negligenciar a possibilidade ilusionística de tratar os usuários do lucro contábil.

Sancovschi e Matos (2002, p.2), ao se referirem ao gerenciamento do lucro, ressaltam o comprometimento da qualidade das informações contábeis:

o gerenciamento de lucros, por comprometer a qualidade das informações contidas nas demonstrações financeiras, interfere no processo de alocação de recursos na economia e inflige sérios prejuízos a diversos atores dos mercados de bens e serviços e de capitais. O Banco Nacional, no Brasil, e a Enron, nos EUA, são exemplos recentes de casos de gerenciamento de lucro que se tornaram notórios pelos danos que causaram às economias desses dois países.

Sancovschi e Matos (2002) relatam que Bruns e Merchant (1990) submeteram aos leitores da *Harvard Business Review* um questionário, com treze perguntas, para avaliar suas opiniões sobre gerenciamento de lucros. Dentre a análise das respostas dadas pelos 649 leitores destacaram que: (i) nenhuma prática foi unanimemente julgada como ética ou antiética; (ii) gerenciar lucros através da tomada de decisões operacionais é eticamente mais aceitável do que gerenciá-los através da escolha de procedimentos contábeis específicos; (iii) gerenciar lucros para reduzi-los foi considerado mais aceitável do que gerenciar lucros para aumentá-los; e (iv) as escolhas de práticas contábeis para alcançar metas de lucro foram consideradas questionáveis ou, no máximo, infrações graves, isto é, as manipulações contábeis são condenáveis, porém não antiéticas.

O lucro, quando considerado um indicador de sucesso das empresas, de acordo com Santos e Silva (2001), revela a capacidade de arregimentar e organizar os limitados recursos sociais. Assim, entre outros fatores, a existência de lucro pode indicar que: (i) a empresa está agregando valor aos recursos escassos que lhes foram disponibilizados; (ii) os clientes estão satisfeitos, pois suas necessidades por determinado tipo de produto ou serviço estão sendo satisfeitas; (iii) a existência de um bom ambiente organizacional; e (iv) uma boa integração da empresa com o ambiente externo.

Catelli e Guerreiro (2001, p.86) enfatizam que um dos argumentos a favor do lucro é o fato de ser considerado “a melhor medida de sucesso da administração de uma entidade de negócios em uma economia competitiva”. Explicam que, do ponto de vista dos detentores de capital, o lucro representa um guia para políticas de investimentos. Os investidores cautelosos procuram otimizar o retorno de seus investimentos, e suas decisões são guiadas pelos lucros proporcionados pelos investimentos. Dessa forma, os investimentos mais atrativos são aqueles que prospectam maior valor presente dos futuros recebimentos por unidade monetária aplicada no negócio.

Contudo, Hendriksen e Van Breda (1999) explicitam que uma análise atenta dos diversos conceitos e objetivos do lucro líquido indicam que um único conceito de lucro é incapaz de atender a todas as finalidades de maneira satisfatória. Ressaltam que o conhecimento de medidas distintas do lucro de uma empresa pode ser útil para finalidades diversas. No entanto, acreditam haver alguma vantagem na aceitação geral de um conceito abrangente de lucro líquido para fins de divulgação externa.

Nesse aspecto, Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que o objetivo principal da divulgação do lucro é o fornecimento de informações úteis àqueles interessados nas informações financeiras. De forma mais específica, os objetivos da divulgação do lucro incluem: (i) o uso de dados históricos de lucro como instrumentos de predição da trajetória futura da empresa ou futuros dividendos; (ii) o uso como medida de eficiência da gestão da empresa; e (iii) como medida de desempenho e orientação para decisões gerenciais futuras.

Como os aspectos norteadores do cálculo do lucro empresarial envolvem um conjunto considerável de variáveis, a pesquisa circunscreve-se a investigar a influência dos *accruals* na determinação do lucro contábil. Mais precisamente se há uma correlação entre o lucro contábil e o patrimônio líquido das empresas em detrimento dos níveis de *accruals* considerado para formação do lucro contábil, uma vez este ser um dos referenciais possíveis para mensuração da eficiência e eficácia gerencial e para orientar decisões futuras.

## 6. Os *accruals* na formação do lucro contábil

A diferença preponderante entre o lucro contábil e o lucro econômico reside na consideração do Princípio da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas, ou como também é designado Princípio da Competência, em decorrência do aspecto temporal utilizado na mensuração do resultado do período. Dessa maneira, toda a discussão sobre o lucro contábil e econômico estaria resolvida ao considerar um período de tempo suficientemente longo, pois, as mudanças no valor do patrimônio das empresas também estariam refletidas no lucro contábil.

No entanto, a questão circunscreve-se na relevância das informações geradas pelo lucro contábil ao final da vida das empresas, onde todos os percalços já teriam sido transpostos e para o processo decisório pouco serviria a contabilidade, a não ser para mensurar resultados passados. Nesse contexto, conforme Iudícibus (2000, p.49), a contabilidade tem a responsabilidade de “atribuir parcelas, mesmo que aproximadas, de seu resultado total, aos vários períodos”.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), compete à contabilidade gerar informações sobre a empresa de forma a permitir que os próprios usuários façam seus julgamentos quanto ao futuro do empreendimento. Assim, a atribuição de valores estimados e provisionados na contabilidade reveste-se de grande responsabilidade, uma vez que influenciarão diretamente o resultado contábil líquido da empresa. Estes, por sua vez, podem causar equívocos interpretativos por partes dos tomadores de decisões que não conhecem o processo preparatório das demonstrações financeiras.

Nessa perspectiva, foram criados os pressupostos básicos da contabilidade quanto ao regime de competência. Costa, Teixeira e Nossa (2002, p.3), citando o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* - IASC colocam que os efeitos das transações e outros eventos são conhecidos quando ocorrem (e não quando o numerário ou seus equivalentes são recebidos ou pagos) e são lançados nos registros contábeis e reportados nas demonstrações contábeis dos períodos a que pertencem.

Portanto, a mensuração contábil, conforme Costa, Teixeira e Nossa (2002), exigirá estimativas de valores futuros incertos, como por exemplo, a depreciação, que consubstancia-se na estimação da contribuição dos imobilizados para a formação do custo da produção do período. Nesse particular, deve-se considerar que os diversos métodos de depreciação levam a valores diferentes e, conseqüentemente, resultados divergentes.

Tais diferenças esbarram nos conceitos discricionários e não discricionários dos *accruals*. Costa, Teixeira e Nossa (2002), explicam que, entende-se por discricionário, a possibilidade da administração escolher como tratar um evento quando existirem duas ou mais opções igualmente aceitas. De forma que esta faculdade de escolher, por exemplo, o método da depreciação, levanta questionamentos quanto a intenção de manipulação do resultado contábil líquido. Esta situação leva a questionar a qualidade do lucro contábil quando do processo de mensuração da eficiência empresarial por meio do lucro do período.

Por conseguinte, busca-se na seqüência demonstrar, estatisticamente, a correlação do lucro contábil com a variação da capital circulante líquido de algumas empresas, quando estas utilizam *accruals* referentes às depreciações.

## 7. Descrição e análise dos dados coletados

Considerando-se como população alvo as 500 Maiores e Melhores Empresas do Brasil, conforme pesquisa realizada pela Revista Exame no ano de 2002, o processo de coleta de dados envolveu inicialmente a seleção intencional de 50 empresas, dos setores alimentício, química e petroquímica, siderurgia e metalurgia, comércio varejista, mineração, automotivo, eletroeletrônico e papel celulose. Uma vez selecionada a amostra, buscou-se a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e as Notas

Explicativas, dessas empresas referente ao ano de 2002, publicada na *homepage* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Ressalta-se que, todas empresas são sociedades anônimas de capital aberto, portanto obrigatoriamente publicam suas demonstrações contábeis.

Dessas empresas, apenas 30 puderam compor a amostra intencional, visto que as demais não evidenciam de forma objetiva os valores da depreciação do período, dados estes, essenciais à aplicação da metodologia proposta pela pesquisa. O Quadro 1, elenca as empresas selecionadas para analisar a correlação do lucro contábil e a variação do capital circulante líquido ao considerar a depreciação como um dos itens dos *accruals* factíveis no processo contábil.

<b>Empresas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>Lucro/prejuízo Líquido ajustado</b>	<b>Variação do CCL</b>
Acesita S/A	-3.415	-320.900	-317.485	-310.881
Aços Villares S/A	-35.484	-45.497	-10.013	-32.529
Adubos Trevo S/A	-9.622	44.911	54.533	9.438
Avipal S/A	-35472	7.132	42.604	-53.507
Bompreço Bahia S/A	-25.729	-33.323	-7.594	9.947
Comgás S/A	-42.584	107.745	150.329	-808
Cia Brasileira de Distribuição S/A	-379.934	245.122	625.056	-218.252
Cia Suzano de Papel Celulose	-43045	104430	147.475	-717.517
Cosipa S/A	-11.810	-548.655	-536.845	-726.273
CSN S/A	-619.322	-218.615	400.707	2.095.518
Drogasil S/A	-7.937	8.022	15.959	9.651
Electrolux do Brasil S/A	-13107	-56.743	-69.850	126.093
Embraer S/A	-13121	1.202.066	1.188.945	-460.702
Eucatex S/A	-18772	-33366	-14.594	-13.041
Latasa S/A	-24796	236.840	212.044	-111.424
Lojas Americanas S/A	-32.642	103.086	135.728	111.896
Lojas Renner S/A	-41.571	-97.077	-138.648	15.092
Magnesita S/A	-15174	99.346	84.172	34.587
Marcopolo S/A	-7136	56.868	49.732	109.571
Metalúrgica Gerdau S/A	-150	434.028	433.878	-29.451
Multibras S.A	-10.733	131.181	141.914	75.243
Ponto Frio S/A	-23.156	35.785	58.941	-153.964
Politeno Ind. Com S/A	-3482	45596	49.078	57.325
Ripasa S/A	-93978	92691	186.669	-247.362
Rhodia-Ster S/a	-179	-63885	-63.706	-13.105
Sadia S/A	-10831	1263688	1.274.519	307.395
Seara Alimentos S/A	-2094	78978	81.072	3268
Tigre S/A	-18772	95.091	113.863	20.572
Usinas Sid. Minas Gerais S/A	-199358	-321.125	-520.483	-134.032
Vigor S/A	-968	-31.625	-32.593	1.328

**Quadro 1 - Empresas participantes da amostra em (mil reais)**

A depreciação, variável dependente, foi calculada, pelo método linear para todas as empresas conforme esclarecimentos das Notas Explicativas. O lucro ou prejuízo líquido do período, variável independente, é o evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício. O lucro ou prejuízo líquido ajustado, variável dependente, foi apurado pela adição do valor da depreciação do período, por considerar que este não tem, em princípio, efeito direto no fluxo de caixa. A variação do capital circulante líquido é o valor publicado na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos sem considerar os efeitos inflacionários.

Entendendo-se que a variação do capital circulante líquido constante na DOAR, por apresentar de forma sumariada as informações de operações de financiamento e investimento durante o exercício, evidencia as alterações na posição financeira da empresa, amplia o conceito de recursos do fluxo de caixa. Segundo a Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.337),

o significado de recursos da DOAR, não é simplesmente o dinheiro ou as disponibilidades, envolve um conceito mais amplo, pois representa o capital de giro líquido, sendo este, representado pelo ativo circulante menos passivo circulante.

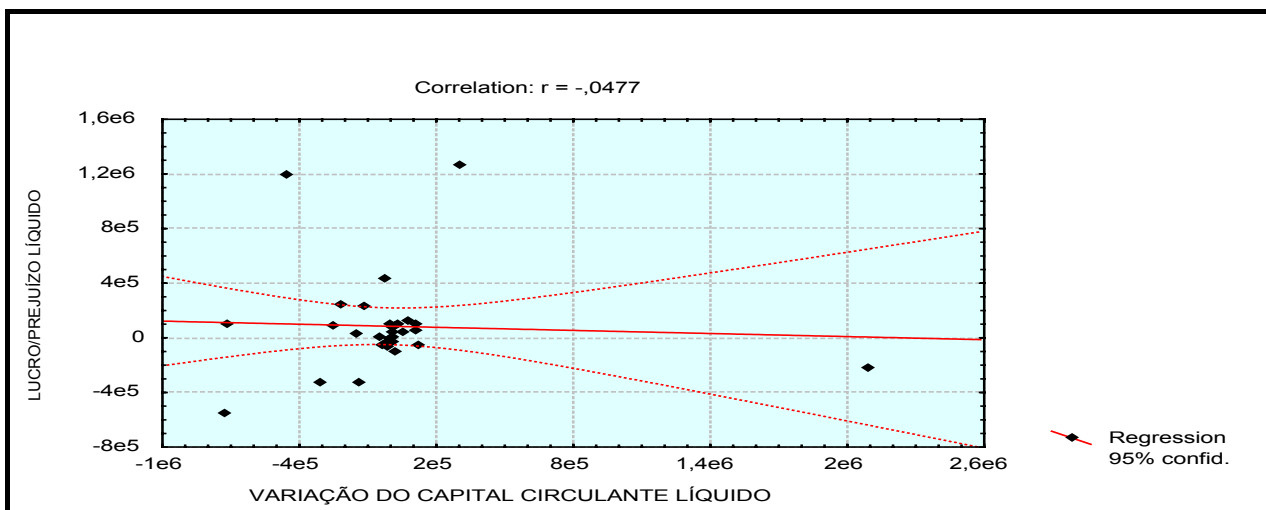
Neste particular, a variação do capital circulante líquido não deve ser confundida somente com os fluxos das disponibilidades, como apregoados na Demonstração de Fluxo de Caixa. As informações da DOAR são mais abrangente, não só por conter variações em função do Capital Circulante Líquido, em vez de caixa, mas, por representar uma demonstração das mutações na posição financeira total das empresas. Tal pressuposto vêm corroborar com o conceito de lucro econômico de Solomon (1961), quando se refere ao lucro como o montante que se pode consumir no final de um período e ainda estar também, no final deste, como estava no início.

Ainda nesse aspecto, Martins (2000) explica que no longo prazo, tanto o lucro contábil como o lucro econômico convergem para o caixa. Assim, deve-se mostrar que um ativo possui além das disponibilidades e das aplicações de caixa efetuadas, os direitos que estão para se transformar em caixa e, além disso, possui bens que estão representando o montante de caixa desembolsado ou a ser desembolsado em função de sua aquisição. O passivo, por sua vez, representa valores a desembolsar futuramente, logo, o balanço inteiro, em exceção, tem ligação com o fluxo de caixa. Dessa forma, a consideração da variação do capital circulante líquido está empregada no sentido de mutação da posição financeira da empresa em um determinado período de tempo.

Ressalta-se que a variável independente, segundo Kerlinger (1980), é aquela que se supõe influenciar outra variável, chamada variável dependente. Nesse sentido, a constituição de depreciação no resultado do exercício, gerando um aumento no saldo de depreciação acumulada, afeta diretamente o lucro residual do exercício e, conseqüentemente, modifica a série histórica da empresa, podendo causar distorções semânticas no resultado apurado, dependendo do método de depreciação utilizada nos procedimentos contábeis.

A análise da eficiência empresarial por meio do lucro/prejuízo e dos cálculos prospectivos do lucro empresarial pode ser influenciada pela estratégia da empresa em manipular os resultados, em detrimento da faculdade de se adotar diferentes métodos contábeis para um mesmo fato. Nota-se, que não questiona os métodos de depreciação possíveis, mas busca-se mostrar que a utilização de *accruals*, de um ou outro método leva a resultados diferentes e que, esta discricionariedade da variável depreciação, pode em alguns casos, ser um artifício para manipulação de resultados.

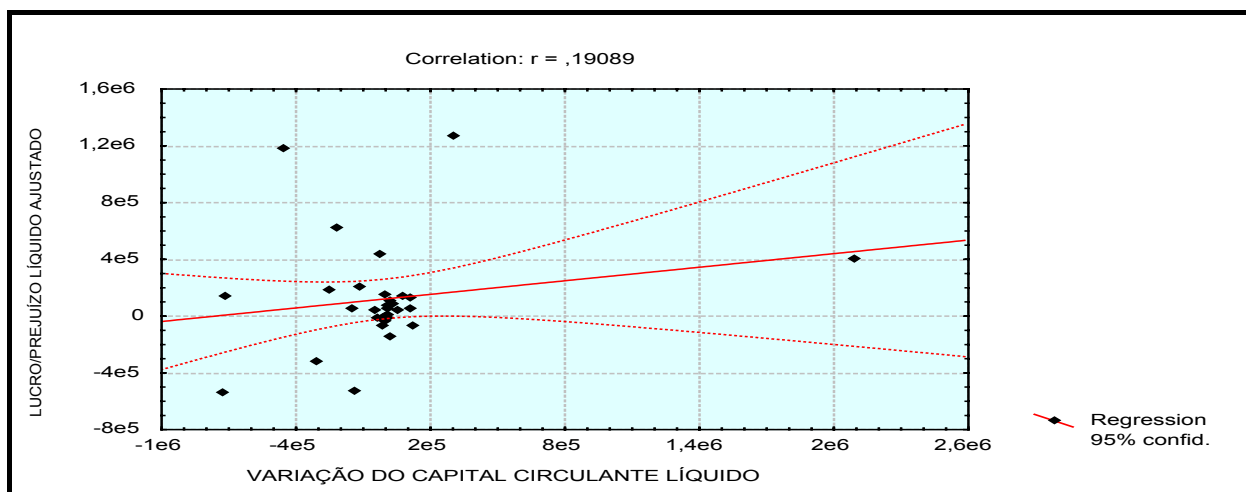
Com relação aos procedimentos estatísticos para determinar a força da relação entre as variáveis, fez-se, em um primeiro momento, a análise entre a variação do capital circulante líquido e o lucro líquido/prejuízo do período. Neste cálculo, obteve-se o coeficiente de correlação de -0,0477, cujo índice é graficamente apresentado na Figura 1.



**Figura 1 – Gráfico de correlação entre lucro líquido e a variação do CCL**

De acordo com Gil (1999), quando este coeficiente é igual a 0,00 para duas variáveis absolutamente independentes entre si, não existe qualquer relação entre elas, isto é não existe correlação. Neste mesmo aspecto, quando o coeficiente de correlação é +1,00 significa que a associação é positiva e o mais forte possível, sendo o inverso também verdadeiro. Particularmente, neste caso, o coeficiente de -0,0477 conota que o lucro/prejuízo líquido contábil (incluindo a dedução da depreciação) possui baixa correlação negativa quando comparado à variação do capital circulante líquido.

Por outro lado, ao se analisar a correlação entre o lucro/prejuízo líquido ajustado pela adição da depreciação, que anteriormente foi deduzida, obteve-se um coeficiente de correlação de  $r = 0,19089$ . A Figura 2 traz a ilustração gráfica desta correlação.



**Figura 2 – Gráfico de correlação entre lucro líquido ajustado e a variação do CCL**

Nota-se, apesar da baixa correlação positiva, uma diferença entre os dois coeficientes, em função do acréscimo da variável dependente (depreciação), a qual altera o resultado contábil residual. Isto posto, significa dizer que os *accruals* são positivamente correlacionados com o lucro/prejuízo quando comprado à variação do capital circulante líquido.

Ao considerar que o usuário da informação contábil desconhece a sintaxe de apuração do resultado contábil, pode conotar pelo primeiro coeficiente de correlação de -0,0477 não ser atrativo investimentos nestas empresas. Já pela re-incorporação da depreciação ao lucro residual, o coeficiente de 0,19089, mostra maior atratividade, quando se restringir o conceito de lucro como uma medida para determinar a eficiência empresarial. Desta forma, ao ver que

os acionistas estão interessados em análises prospectivas do lucro para definir sua opção por investimentos futuros, entende-se que os *accruals* estão revestidos de alto valor preditivo no processo decisório. Portanto, os procedimentos contábeis que abarcam os *accruals* suscitam uma análise mais acurada para verificar se há intenção subjacente da administração em manipular resultados para atrair investidores ou outros fins.

Nesse sentido, Costa, Teixeira e Nossa (2001, p.7) mencionam que os *accruals* podem denotar o impacto potencial da manipulação dos retornos. Uma provável explicação para este fato é que, para manter as expectativas dos investidores, a administração teria mais incentivos em manipular os lucros das empresas quando começassem a dar sinais de diminuição no seu crescimento.

Desta forma, entende-se que os *accruals*, consubstanciando-se como uma das características fundamentais do modelo contábil, podem influenciar diretamente a mensuração da eficiência empresarial medida por meio do resultado líquido, quando este for avaliado com base em dimensões comportamentais. Considerando-se, pois, que segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.206), os administradores reagem ao que supõem ser o comportamento do investidores e credores em relação ao lucro publicado. Muito embora, este lucro baseie-se apenas na estrutura contábil, o fenômeno de *feedback* acaba afetando a escolha de métodos de contabilidade pela administração. Assim, o lucro líquido de vários períodos pode ser útil para a elaboração de predições das operações futuras da empresa.

## 8. Considerações finais

O conceito de lucro apropriado para a divulgação das atividades de uma empresa é determinado pelos objetivos dos usuários visados e, sobretudo, pela capacidade destes em fazer uma análise semântica dos números sintetizados nas demonstrações financeiras. No entanto, acredita-se haver alguma vantagem na aceitação geral de um conceito abrangente de lucro líquido para fins de divulgação externa. Assim, a partir do conhecimento da sintaxe contábil adotada pelos responsáveis sobre as informações geradas, o processo interpretativo estaria considerando as possíveis discrepâncias causadas pelos itens discricionários incluídos no resultado residual do período.

Não se pode negar que o lucro contábil, considerado como um resultante do somatório de itens positivos e negativos, como proposto por alguns autores, traz em seu bojo conteúdo interpretativo. Por conseguinte, estes itens carecem de significado interpretativo, muito embora guardam informações relevantes para os mais variados usuários das informações contábeis.

No que diz respeito à análise por meio de tratamento estatístico da correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido em empresas que utilizam *accruals*, de forma mais centrada, os decorrentes da depreciação, observou-se que há uma correlação positiva ao ajustar o resultado residual pela respectiva depreciação do período. Isto reforça a premissa de que o desconhecimento da composição do resultado pode influenciar positiva ou negativamente as elucubrações a partir desta informação.

A apuração do resultado líquido como uma medida para determinar a eficiência empresarial requer a comparação com um certo padrão. Esta avaliação é revestida de subjetividade, mas, como ponto de partida, pode ser feita com o resultado do período e anos anteriores ou por meio de comparações com empresas do mesmo setor.

Por fim, ressalta-se a relevância das informações geradas pelo lucro contábil ao longo da vida das empresas como medida essencial no processo decisório, pois ao esperar a mensuração do resultado para o final da vida da empresa, onde todas as decisões já teriam sido transpostas, de pouca utilidade seria a contabilidade, a não ser para mensurar resultados passados. Isto reforça a concepção da contabilidade em buscar procedimentos para atribuir parcelas, mesmo que aproximadas, de seu resultado total, ao longo da vida empresarial.

## Referências

- ALMEIDA, José Joaquim Marques de. Risco e paradigma da auditoria. **Revista Revisores e Empresas**. Rio de Janeiro. jul./set. 2001. Disponível em: < <http://www.amprotec.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2003.
- As 500 maiores empresas do Brasil. **Revista Exame**. São Paulo: ed. Abril, jul. 2002. Edição especial: melhores e maiores.
- BIO, Sérgio R. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.
- CATELLI, Armando; GUERREIRO, Reinaldo. Mensuração do resultado econômico. In: CATELLI, Armando. (Coord.). **Controladoria**: uma abordagem de gestão economia GECON. São Paulo: Atlas, 2001, p. 81-109.
- CHAN, K. et al. **Earnings quality and stock returns**: the evidence from accruals, jan. 2001. Disponível em: < [http://www.fin.ntu.edu.tw/~kchan/research/accrual\\_2001.pdf](http://www.fin.ntu.edu.tw/~kchan/research/accrual_2001.pdf) >. Acesso em: 20 mar. 2003.
- COSTA, Alessandra Cristina de Oliveira; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo; NOSSA, Valcemiro. Conservadorismo, *accruals* e qualidade dos lucros contábeis. In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador. **Anais...** Bahia: ANPAD, 2002. CD-ROM
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- GUERREIRO, Reinaldo; CASADO, Tânia; BIO, Sérgio Rodrigues. Algumas reflexões sobre os arquétipos e o inconsciente coletivo na contabilidade de custos – um estudo exploratório. **Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo**. São Paulo, ano VI, n. 15, p. 4-21, mar. 2001.
- Periodic measurement and the accruals concept. **Financial Accounting**: the historical cost approach. p.116-129. Great Britain, 1994.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HICKS, John Richard. **Valor e Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Elizeu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KELINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual: São Paulo. EPU, 1980.
- LOPES, Alexsandro Broedel. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- OLIVEIRA, Edson Ferreira de; GUERREIRO, Reinaldo; SECURATO, José Roberto. Uma proposta para avaliação da empresa em condições de risco com base no modelo de Ohlson. In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador. **Anais...** Bahia: ANPAD, 2002. CD-ROM.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo Atlas, 1999.
- RICHARDSON, S.; et al. **Information in accruals about the quality of earnings**, jul. 2001. Disponível em: < <http://papaers.ssrne.com> >. Acesso em: 14 mar. 2003.
- SANTOS, Arioaldo dos.; SILVA, Alexandre dos Santos. Lucro contábil x lucro econômico: a validade do princípio da realização da receita. In: ASIAN PACIFIC CONFERENCE ON INTERNATIONAL ACCOUNTING ISSUES, 13Th, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FEA/USP. 2001. CD-ROM
- SANTOS, Edilene S.; GUERREIRO, Reinaldo. Mensurando o resultado no ciclo decisório integral: da estratégia ao caixa. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo**. São Paulo, ano VIII, n. 23, p. 48-64, mar. 2003.
- SLOAN, R. G. Do stock prices reflect information in accruals and cash flows about future earnings? **The Accounting Review**, jul. 1996. Disponível em: < [http:](http://)



//www.umi.com/proquest>. Acesso em: 10 abr. 2003.

SANCOVSCHI, Moacir; MATOS, Felipe Faissol Janot. Gerenciamento de Lucros: O Que Pensam Administradores, Contadores e Outros Profissionais de Empresas no Brasil? In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador. **Anais...** Bahia: ANPAD, 2002. CD-ROM

SOLOMON, David. Economic and accounting concept of income. **The Accounting Review** p. 681-698, jul. 1961.

STICKNEY, Clude P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade financeira**: uma introdução aos conceitos, métodos e usos. São Paulo: Atlas, 2001.

TRIPODI, T; FELLIN, P.; MAYER, H. **Análise da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1987.